



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 3 - 2013/2017

Data da Sessão: 19 de Dezembro de 2013

Início da sessão: 15:00 horas

Términus da Sessão: 19:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Manuel Marques Dias, José António dos Santos Almeida, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, Pedro Manuel Marques Jana, Octávio Eusébio Rosa, José Casimiro Gonçalves Pereira, José Maia Marques, António Manuel Tavares Martins, António Cardoso Lopes, António Manuel Dias Ludovino, António Vicente Alves Reis, Célia Maria Mendes Rodrigues, Afonso Matias, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, André Filipe de Oliveira Lopes Serras, João de Matos Filipe

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe Soares

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 3 - 2013/2017
19 de Dezembro de 2013

-----INICIO-----

---- Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Concelho de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**
- 2 Ratificação do valor do Imposto sobre Imóveis não avaliados a aplicar no ano de 2014.**
- 3 Discussão e votação de Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos.**
- 4 Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2014.**
- 5 Discussão e votação das Opções do Plano, Plano de Actividades e Orçamento para 2014 e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Mação.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, André Filipe de Oliveira Lopes Serras que justificaram as suas faltas em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos pelos vogais Octávio Eusébio Rosa, José Casimiro Gonçalves Pereira e Afonso Matias, após terem sido devidamente instalados pelo Sr. Presidente da Mesa.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos lendo, aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa. Continuou, colocando à discussão a acta nº 2- 2013/2017, referente à sessão extraordinária de Novembro de 2013 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com três abstenções.

--- O vogal José António Almeida intervém para informar que esteve em Mação, nos últimos três meses, um professor de Timor Leste, ao abrigo de um programa

governamental, que partiu hoje para Timor e que o incumbiu de agradecer a todos os maçaenses a forma como foi recebido e acolhido, não só na Escola mas também por todas as pessoas de Mação.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para questionar a Câmara sobre duas situações que se verificam em Mação relativamente a urbanizações e à EN 3-12. A primeira tem a ver com as faixas de segurança contra incêndios que são feitas nas povoações do concelho e à volta das habitações e com a situação que se verifica na urbanização junto às bombas de gasolina, à entrada da vila de Mação. Refere que, na referida urbanização se verificam autênticos matagais e balseiros nos lotes da referida urbanização e nos limites da mesma, bem como na urbanização dos Atoleiros, na zona onde ainda não há construções e questiona a Câmara sobre de quem é a responsabilidade da limpeza daqueles espaços. Continua a sua intervenção referindo que a EN 3-12 que faz a ligação da A23 à vila de Mação será uma estrada nacional, como já foi discutido anteriormente, e por isso será da responsabilidade das Estradas de Portugal a reparação das valas, junto ao Intermarché, que, quando chove se enchem de água e provocam bastante perigo a quem ali passa. Questiona se aquela estrada será descontinuada ao entrar na vila de Mação e se passa para a gestão da Câmara Municipal pois da entrada na vila até à ponte, foram abertas valas por uma empresa que refez a estrada mas que, neste momento se encontram em muito mau estado pois o terreno abateu e o piso está irregular e com poças de água. Solicita informação sobre de quem é a estrada e de quem é a responsabilidade de colocar o pavimento em bom estado, conforme estava antes de serem feitas as valas.

--- O vogal António Reis apresentou a seguinte intervenção:

“Terminada a campanha eleitoral, é tempo de e sem retórica dedicarmos o nosso melhor a Mação.

Na sessão da instalação deste órgão, o Vogal José António Almeida disse, e muito bem, que se as propostas forem boas devem ser aprovadas, venham elas donde vierem. Vamos apreciar e lembrar todas a vezes que não for assim.

O Sr. Presidente também na mesma sessão, repetindo o que disse nos comícios da campanha, de que será um mandato de competência e que lhe devem chamar a atenção para o que não fez.

Desde já ficamos, fico, a aguardar e relembrar-lhes-ei de todas as vezes que as palavras tiverem sido levadas pelo vento.

Temos o Concelho que temos, com as vantagens inerentes e alguns problemas que poderiam já terem sido resolvidos mas vão passando no tempo,

Foram executadas muitas obras e melhorias que dignificam o Concelho, desde o Museu, em todas as suas vertentes, à Marca Mação que, apesar de sair de antigas propostas do PS, só peca por tardia. Mesmo os festivais, em que não há fome que não dê em fartura, mas sim senhor, todos ao almeirão, o ultimo conhecido. O prémio de Autarquia Familiarmente Responsável, as bandeiras azuis, o premio espanhol Batefuegos, este entregue há alguns anos sobre os incêndios, ou então os mais recentes tal como os prémios do Médio tejo, **gastronomia- doçaria, parques naturais, vertentes parques ambientais e ribeirinhos, e praias fluviais.**

Poderiam ser mais, ainda que alguns deles sejam só para encher e, mas aqueles que tem mais sumo não existem, antes pelo contrário. Nos rankings de verdadeiro interesse a escola de Mação continua a estar nos últimos lugares, a transparência camarária também. Autarquia pela Família? Sim, mas e as pessoas? Que é feito para melhorar? exemplo prático- onde está uma entrada para deficientes no edifício da CMM?

Noutros rankings, como o desenvolvimento, a qualidade de vida, poder de compra, os lugares dos rankings são muito mais modestos. Porque não falar das ETAR's, de Mação, de Ortiga Carvoeiro. Será que alguém quer mesmo investir num sítio onde nem esgotos existem? Só houve pressa para introduzir a Aguas do Centro e os seus preços, mas o resto das obras onde estão? Onde estão as ETAR's?

Porque meus senhores, olhem para os Concelhos limítrofes e digam onde somos melhores que eles?

O que temos nós que eles não têm? Ou será o inverso?

Neste momento de arranque para novo mandato, é bom que sejam resolvidas situações deveras caricatas que parece ser um concelho a duas velocidades, que presenciei neste final de verão nas visitas algo demoradas, no porta à porta em quase todas as aldeias do Concelho.

Nessas visitas vi o abandono que a CMM tem votado determinadas povoações em detrimento de outras. Será coincidência ou não mas na chamada zonas “ **trás da serra**” tanto do Carvoeiro como de Amêndoa é bem notória daquilo que digo. É o espelho do abandono que as ultimas gestões do Município tem votado aquelas populações. Capela, Galega, Pereiro do Carvoeiro, Cabo, Gargantada, Monte Fundeiro são o exemplo pior daquilo que se faz em Mação, que comparada com outras, em que nem lavado ainda é a ultima camada de alcatrão eleitoral, já lá está outra camada da dita forma de campanha.

O aspecto de ruas, naqueles casos, em que a higiene e a limpeza das ditas deixa muito a desejar. O que chamo de abandono também tem a ver a colocação das placas toponímicas em fontes, ou com erros de português, que revelam a pouca atenção, que são votadas algumas das nossas aldeias. Não foram os senhores que fizeram os erros nas placas, mas nunca olharam para elas? falta de competência, acho exagero, mas o que é então?

Depois lá vem as naturais comparações de que outras aldeias são melhor tratadas, mas assim podemos comprovar tal desigualdade. Não menciono mas nota-se perfeitamente o tratamento diferenciado entre as aldeias, por muito que custe ao Sr. Presidente. Por muito que lhe custe é dualidade de critérios no tratamento das aldeias bem como do Município. Por exemplo a fiscalização das obras é exemplo do que acabo de dizer. – celeridade quando se trata de alguns municípios, desconhecimento prático, como da não actuação num muro de Chão de Codes, junto á estrada. Falando francamente sobre esse muro não acredito que quem actua fiscalizando, como normalmente o faz, não tenha tido conhecimento daquela construção à beira da estrada, ainda com a agravante de retirar terreno público.

Comprova-se plenamente o que digo, até na aprovação da referida obra muito tempo após o início da sua construção.

É uma visão um tanto realista, ou, dir-me-ão pessimista, mas é mais coincidente com a realidade, pela certa!”

Termina a sua intervenção entregando à Mesa dois pedidos de informação, por escrito, para serem dirigidos à Câmara Municipal de Mação, sobre a construção de dois muros em Chão de Codes e sobre participação das entidades oficiais na construção do Lar de Amêndoa.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que nos dois últimos mandatos foi sempre sua preocupação a questão da toponímia do concelho. O assunto foi discutido em reunião de Câmara no início de 2013, foi efetuada uma revisão dos topónimos mas as correções ainda não foram implementadas com a colocação das novas placas. Solicita informação sobre quando é que a Câmara pretende efetuar este trabalho, que considera muito importante para o nosso concelho.

Continua a sua intervenção referindo que, na povoação de Pereiro (Mação), existe um muro de suporte em betão confinante com uma rua e com um estradão, verificando-se um grande desnível entre o topo do muro, que está praticamente ao nível do arruamento,

e o terreno na sua base. Pela falta de proteções, aquela situação é suscetível de geração de grave acidente envolvendo viaturas e/ou pessoas.

Sugere que a Câmara, através dos seus agentes de fiscalização, identifique as situações, como esta, existentes no concelho, e obrigue os responsáveis, através de postura municipal, à colocação de proteções que previnam ou anulem o perigo.

Termina a sua intervenção informando que esteve presente na reunião da Assembleia da CIMT e constatou, em conversa com outros membros que há ainda um significativo desconhecimento sobre a nova Lei nº 75/2013 por parte dos membros das Assembleias Municipais. Assim, considera que o Sr. Presidente da Câmara poderia apresentar na Comunidade uma proposta de realização, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, de um seminário sobre esta Lei, destinado a todos os membros das Assembleias Municipais do Médio Tejo, organizado pela Comunidade Intermunicipal, que tem verbas para o efeito, e, nós temos um bom equipamento para a sua realização.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que, relativamente ao ranking das Escolas que foi mencionado pelo vogal António Reis, as coisas não podem ser mencionadas da forma como foi feito pois estes rankings são feitos com base nos exames do 4º ano, do 6º ano, do 9º ano e do 12º ano e em qualquer destes, pois todos os alunos vão a exame, as escolas de Mação ficaram sempre a cima ou a meio da tabela. Relativamente ao 12º ano, que foi onde o nosso resultado foi mais fraco, a explicação é que todos os alunos vão a exame e muitas escolas não levam os piores alunos a exame e isso projecta-se no resultado do ranking. Refere ainda que a Escola de Mação é reconhecida em termos nacionais pelas práticas que exercemos e, se o Ministério da Educação chama a nossa escola para participar nos seus projectos internacionais é porque considera que a mesma tem capacidade. Termina a sua intervenção referindo que a educação no concelho de Mação é complexa pois é muito grande em área e a sede centralizada, pelo que os alunos são obrigados a grandes deslocações e são obrigados a trabalhar muito mais que noutros concelhos para terem os mesmos resultados e os rankings não esclarecem tudo isto.

--- O vogal António Reis refere que só analisou os números pois não tinha conhecimento das informações prestadas pelo vogal José António Almeida e em face das mesmas poderá dar o benefício da dúvida em relação aos prémios mas em relação ao ranking refere que não fica satisfeito com a posição da escola de Mação a meio da tabela ou abaixo dele.

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo a questão do vogal José Fernando Martins sobre a estrada entre a A23 e a entrada de Mação e aos bancos de água que ali se formam quando chove e informa que, no entendimento da Câmara, a referida estrada deve pertencer às Estradas de Portugal porque está classificada como estrada nacional no PRN 2000 e faz a ligação entre uma sede de concelho e uma autoestrada. As Estradas de Portugal têm sistematicamente recusado assumir aquela responsabilidade pois houve um auto de transferência daquela estrada para a Câmara de Mação nos anos 90 e ainda não houve o despacho necessário e suficiente do Ministério das Obras Públicas para que a mesma seja da competência das Estradas de Portugal. Mais informa que há vários anos a Câmara tem insistido para que este assunto seja resolvido, infelizmente sem sucesso. Refere que, apesar de tudo isto, e por causa dos problemas que essa estrada apresenta, especialmente junto à entrada de Mação, está prevista em Plano de Actividades uma intervenção na entrada de Mação, que não será possível realizar completamente durante o ano de 2014, mas que será provavelmente iniciada no mesmo. Esta intervenção estava prevista para ter o seu início na rotunda junto às bombas de gasolina até ao Restaurante Avenida, mas provavelmente essa intervenção terá início junto à rotunda anterior, junto ao Intermarché para se tentar resolver o problema dos bancos de água, independentemente que se resolva o problema da estrada com as Estradas de Portugal até lá. Relativamente à estrada das bombas de gasolina para Mação, a responsabilidade é da Câmara, que está consciente dos problemas da mesma e daí ter elaborado o referido projecto de intervenção que será realizado no mais curto espaço de tempo, conforme financeiramente for possível fazer. Informa que o empreiteiro que realizou os trabalhos das valas foi chamado várias vezes para resolver o problema pois o trabalho não ficou bem feito mas, apesar disso, os problemas não foram resolvidos.

Relativamente à questão colocada pelo vogal António Reis sobre o ranking das escolas, tendo em consideração o esforço que a Câmara faz no apoio à educação, por saber o esforço que os professores fazem para atingirem aqueles resultados, entende que deve partilhar o sentimento de alguma tristeza pela forma como a questão foi colocada pois, analisando os resultados, verifica-se que tem havido uma evolução, mesmo se não é a evolução que todos desejaríamos. Mas mais importante que isso é a certeza que tem que está a ser feito um grande esforço para contrariar aqueles resultados pois, naturalmente, os professores que trabalham naquela escola não estão satisfeitos com os

mesmos e esforçam-se mas todos temos de ter consciência também com o local em que vivemos e das contingências que temos.

Mais refere que quem ouvisse a intervenção do vogal António Reis poderia pensar que Mação era um oásis pela negativa, e em nosso redor todos os concelhos são desenvolvidos e Mação está mal colocado em tudo o que são rankings. Deixa duas questões para reflexão e eventual debate:

- Em que é que os outros concelhos da nossa região e da nossa dimensão são substancialmente melhores que Mação?

- O que é que os outros concelhos têm feito que justifiquem esses muito melhores resultados e que Mação não tenha feito, para podermos chegar a conclusões concretas.

Relembra que à nossa volta, quatro concelhos que fazem fronteira com Mação e que perderam mais população que o concelho de Mação. Refere que não estamos contentes com os resultados obtidos mas os outros também não estão melhor que nós. Mais refere que não é elegante da sua parte estar a fazer estas comparações nem a questionar políticas desenvolvidas pelos outros mas, numa perspectiva de humildade, gostaria que o vogal António Reis trouxesse aqui dados concretos sobre medidas e resultados de outros concelhos para que possamos melhorar, porque é esse contributo que também é reclamado por este executivo.

Relativamente à dualidade de tratamento entre as freguesias e as pessoas, considera que o vogal António Reis cometeu provavelmente um lapso pois quase deu a entender que a Câmara trata melhor as freguesias “da mesma cor” em detrimento das outras e depois deu como exemplo de uma freguesia maltratada, a freguesia de Carvoeiro, que é do PSD.

Relativamente ao ranking da transparência da Câmara, refere que ditas as coisas como foram, parece que este é um concelho que faz as coisas às escondidas, que não tem documentos, que ninguém sabe o que se passa, mas ao ser analisada a ficha técnica do ranking fica-se a saber porque é que chegaram àquela conclusão, mas isso não foi dito. O que acontece é que este ranking é feito exclusivamente com a informação disponibilizada nos sites autárquicos e, nesse caso, temos efectivamente que reconhecer que a informação que estava disponibilizada no site não estava devidamente actualizada mas daí a concluir-se, como alguns tentaram fazer, que esta era uma Câmara que não era transparente e onde se fazia tudo como o executivo queria, vai uma diferença substancial.

Em relação à intervenção do vogal António Cardoso Lopes, considera que faz muito sentido a proposta em relação à interpretação da Lei nº 75/2013 pois a mesma traz muitas alterações que terão de ser tidas em conta e na próxima reunião da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo apresentará a proposta sugerida.

--- O Sr. Vereador António Louro informou que, relativamente à limpeza da urbanização de Santo António, há dois anos, foram enviadas notificações a todos os proprietários para fazerem limpeza e em resultado das mesmas, alguns proprietários limpam as propriedades, outros não e houve ainda alguns a quem foram aplicadas coimas. Mais informa que a Câmara também é responsável pela limpeza de uma parte da urbanização e, neste momento, a Câmara está a tentar melhorar este processo e vai ser feita intervenção nessa área. Informa ainda que este ano já foram notificados alguns proprietários da urbanização Vinha da Ponte, os serviços estão atentos à situação mas o concelho de Mação tem mais de 6.000 casas e há centenas de situações deste género e torna-se muito difícil notificar todos os proprietários, mas na generalidade os proprietários notificados têm procedido à limpeza solicitada.

Relativamente à placa colocada na fonte, este caso tem, pelo menos dez anos, durante 4 dos quais, a freguesia de Carvoeiro teve administração do PS que também nada fizeram, pelo que considera que a responsabilidade da referida placa ainda lá estar deve-se, tanto aos eleitos do PSD como do PS. Relativamente ao que Mação tem de melhor que outros concelhos, refere que foi feito um trabalho, em conjunto com as Juntas de Freguesia, em que a Câmara assumiu a responsabilidade dos números de polícia e a Junta ficou responsável pela colocação das placas, e para além disso foi feito um trabalho de levantamento cartográfico de toda a informação recolhida. Mais informa que, neste momento, existe cartografia digital que nos permite identificar, em todo o concelho, o nome da rua e o número de polícia da casa e essa informação está disponível e actualizada. Foram ainda feitos cadernos com os nomes de todas as ruas de toda as povoações de cada freguesia, tendo sido alguns já aprovados e outros em fase de aprovação. Refere ainda que este trabalho terá algumas lacunas, como por exemplo uma rua em Queixoperra que estava em duplicado e o caso da placa colocada na fonte é também uma lacuna mas que não considera ser um problema grave.

Relativamente à preocupação do vogal com o estado de alguns arruamentos de algumas povoações da freguesia de Amêndoa, refere que em S. José das Matas, Colos, Feiteira, Venda Nova, Ribeira de Boas Eiras, Galega, Castelo, Vinha Velha de Cardigos, Carrascal de Envendos, Pero Gonçalves, Zimbreirinhas, Azinhalete, Colos, Vale da

Gama e Pero Gonçalves, encontrará arruamentos em pior estado pois cerca de 16 aldeias do concelho têm necessidade premente de fazer intervenções em alcatrão.

--- O vogal António Reis intervém para referir que tinha conhecimento que o ranking da transparência era feito com base na informação disponibilizada nos sites autárquicos e não disse que a Câmara Municipal de Mação não era transparente, o que quis dizer foi que não podemos olhar só para os rankings que nos interessam e por isso deu exemplos de bons e maus rankings.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº 5 A/2002 de 11 de Janeiro.**

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Ratificação do valor do Imposto sobre Imóveis não avaliados a aplicar no ano de 2014.**

--- O Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal de Mação, quando deliberou sobre o valor do IMI para o próximo ano, não considerou os prédios não avaliados no âmbito CIMI pois foi considerado que todos os prédios tinham sido avaliados até ao fim do ano passado, no entanto, verificou que muitos municípios tinham deliberado também sobre o IMI para os prédios não avaliados e, ao colocar o valor no portal das Finanças, na referida página foi exigida a colocação também do valor para os prédios não avaliados, pelo que a Câmara deliberou aprovar os 0,72%, minorado de 16,6%, conforme se fez no ano passado e solicita a ratificação desta decisão à Assembleia Municipal, uma vez que não houve tempo para marcar uma sessão extraordinária desta Assembleia.

Esta decisão foi aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Discussão e votação de Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos.**

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta:

Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de

locação com opção de compra, locação financeira, locação - venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efectivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção e o prazo de execução de três anos.

Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público - privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.

Considerando que existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro).

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Sector Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal, para que neste mandato:

Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

- a) Resultem de projectos, acções ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção e o prazo de execução de três anos.

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número

anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 29 de setembro de 2013.

5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2014.**

O Sr. Presidente informa que não está prevista qualquer alteração a este quadro de pessoal durante o ano de 2014, excepto se surgir alguma situação excepcional, se for necessário preencher algum lugar. Mais refere que este Mapa de Pessoal tem 182 funcionários, resultado das reduções que têm sido impostas pelos Orçamentos de Estado.

--- O vogal António Reis solicita informação sobre evolução do Quadro de Pessoal nos últimos anos.

O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2014 foi aprovado por unanimidade.

--- O Sr. Presidente informou que, nos últimos quatro anos, houve uma redução de 23 funcionários que corresponde uma percentagem de 11,2%.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação das Opções do Plano, Plano de Actividades e Orçamento para 2014 e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Mação.**

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que este Plano de Actividades, Orçamento e Opções do Plano, apresentado pelo executivo é um documento claro, concreto, exequível, equilibrado e que não encerra, na sua análise mais profunda, qualquer tipo de promessas vãs ou propostas que não possam cumprir. Refere que este é um plano que marca uma nova fase da vida autárquica do concelho de Mação, um novo mandato autárquico com novos protagonistas, que se inicia precisamente no final de um Quadro Comunitário de Apoio e no início de um outro com tudo o que isso tem de dificuldade acrescida para a gestão municipal pois no dia de hoje ainda não sabemos muito bem aquilo com que poderemos vir a contar em termos de Quadro Comunitário de Apoio. Mais refere que este é um Plano onde, de uma forma muito clara, o executivo assume propostas, define objectivos e indicam o que querem e a forma como devem realizá-lo. Estas medidas e os objectivos que, seguramente, irão atingir, não poderão nem deverão ser medidos somente na vigência deste ano civil que se aproxima. Muitas delas terão uma aplicação contínua ao longo de todo este mandato e alguns dos objectivos não poderão ser concretizados até ao final de 2014. Refere ainda que este Plano é muito condicionado pelo que é a realidade financeira e orçamental da Câmara Municipal de Mação. Hoje temos uma posição invejável em termos de equilíbrio financeiro mas também é verdade que, em 2014 vai haver uma redução de 200.000,00€ de transferências do Estado e em relação às transferências de 2009 há uma diferença de 780.000,00€ e por isso ninguém de bom censo poderá exigir que o executivo mantenha as mesmas políticas, as mesmas apostas e o mesmo ritmo de investimentos que foram sendo feitos ao longo de muitos anos. Em 2009, 40% do total das transferências do Estado destinavam-se a investimento e 60% para despesas correntes e agora o Orçamento de Estado dá a indicação de que são 10% para investimento e 90% para despesas correntes, o que não poderá ser uma realidade em Mação pois todos conhecemos o nosso concelho e as nossas necessidades. Teremos de ser ambiciosos, apesar de todos os constrangimentos, e continuar a fazer alguns investimentos que consideramos fundamentais pois há áreas em que as carências são evidentes e onde temos possibilidades de ir buscar financiamento comunitário e, portanto, essas áreas terão de ter uma atenção primordial sobre todas as outras pois, para além de serem necessárias, poderão ter componentes de apoio que outras não terão. Refere alguns exemplos de áreas onde terá de ser feito investimentos e que vêm reflectidas no orçamento são as seguintes:

- os arruamentos de muitas das nossas aldeias que necessitam de urgente intervenção

- o problema que temos na estrada de entrada na vila de Mação
- a construção da Casa das Associações junto à Igreja Matriz
- a aposta na floresta e na gestão territorial
- Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável

Estas são áreas onde a Câmara terá de ir buscar financiamentos suficientes para conseguir levar avante aquilo que tem em mente.

Refere ainda que a parte do apoio social, às famílias e aos mais carenciados, às IPSS's, às Associações que têm cada vez mais importância na nossa realidade concelhia terão também de ser uma aposta que a Câmara irá fazer.

Considera que este documento é muito transparente na forma como é apresentado e vai permitir a todos os munícipes do concelho de Mação quase que monitorizar a acção da Câmara e aquilo que a mesma vai e não vai fazer. Este desafio é assumido claramente por este executivo e tem consciência que pode estar a colocar-se numa posição em que o escrutínio será muito mais fácil de fazer por todos, especialmente pelos eleitos locais. Esta é uma postura de proximidade, abertura e total transparência para com os munícipes do concelho de Mação e para aquilo que os srs autarcas queiram questionar.

Relativamente ao Orçamento, este tem uma redução de cerca de 700.000,00€ na sua composição total em relação ao Orçamento rectificativo de 2013 e as receitas e despesas foram calculadas com base no que têm sido as receitas e despesas de anos anteriores, não tendo sido qualquer delas empoladas. Refere que, no entanto, ainda há expectativas de possibilidade de virmos a receber ainda algumas verbas do Quadro Comunitário de Apoio que está a finalizar e do que vai ter início, expectativas fundadas em obras concretas que a Câmara tem esperança de poder vir a receber participação. Mais refere que está também previsto no Orçamento a contracção de um empréstimo de 500.000,00€ que, se tiver a devida autorização do Tribunal de Contas e da DGAL, será aplicado essencialmente em intervenções nos arruamentos do concelho que necessitam de urgente intervenção para que se possa resolver uma grande parte deste problema pois este montante não é ainda suficiente para a totalidade das necessidades.

Refere ainda que a contenção de despesas e uma gestão cada vez mais equilibrada que tem sido reflectida em todos os documentos desta Câmara é para manter mas isto não invalida que tenhamos de, numa ou noutra área, arriscar um pouco mais e tentar ser um pouco mais ambiciosos na forma como podemos vir a fazer as coisas, mas naturalmente que o cuidado que temos mantido na gestão dos últimos anos é para manter. Refere que

temos de ter a consciência clara que os meios são cada vez menores e temos de ter a consciência que as pessoas do nosso concelho não têm esta percepção e continuam a exigir as mesmas respostas, muitas vezes respostas mais fortes que as que podemos dar. E neste sentido, considera que é responsabilidade de todos os que têm responsabilidades autárquicas também fazerem um pouco de pedagogia e dizer que a Câmara recebe menos 780.000,00€ do que recebia há quatro anos atrás. Considera que é importante que esta mensagem possa passar pois é um facto, sem que tenha havido qualquer diminuição de competências, antes pelo contrário, todos esperam muito mais da Câmara, que já intervém em muitas áreas que ultrapassam em muito as suas competências e que os munícipes tomam como adquirido e que consideram obrigação da Câmara. Refere que a Câmara faz essas intervenções para além das suas competências porque considera que está a prestar um bom serviço aos nossos munícipes.

Informa que uma das ideias previstas no Plano de Actividades de realizar um Encontro com os Maçaenses que estão na área metropolitana de Lisboa irá realizar-se durante o mês de Março, e deixa o convite aos presentes para participarem no referido Encontro pois é importante ter uma relação próxima e ouvir todos aqueles que estão longe mas gostam de Mação. Agradece a disponibilização do espaço para este evento pelo Dr. Manuel Serras, e considera ser um bom sinal ter alguém de Mação preocupado com este assunto e até ajudar na disponibilização do espaço.

Termina a sua intervenção referindo que a consciência que o executivo tem é que estes documentos podem ser um princípio para contribuir para que o concelho de Mação possa ultrapassar os problemas graves que tem, à semelhança dos problemas que os concelhos do interior e limítrofes do nosso também têm.

Refere que o executivo conta com a colaboração de todos os eleitos locais, funcionários da Câmara e dos munícipes do concelho de Mação e está aberto a todos os contributos para a melhoria do Plano ou para a execução do mesmo que o executivo considere que podem contribuir a que se propõe e que são os objectivos de todos.

--- O vogal Afonso Matias inicia a sua intervenção solicitando informação sobre em que ponto está o processo das ZIF's. Continua a sua intervenção solicitando informação à Câmara sobre o que está previsto na questão do embalamento de azeite pois esta é uma questão que preocupa imenso os produtores de azeite.

--- O vogal José António Almeida intervém para felicitar o executivo pelo documento apresentado, que, quanto à forma, é um documento claro, cuidado e agradável de ler

que cumpre os requisitos para não ser um documento que obrigasse a perder muito tempo para ler. Quanto ao conteúdo, considera que este executivo teve a humildade de apresentar um Orçamento comedido e ao alcance de poder ter uma boa taxa de execução. Também é notório que as Câmaras Municipais têm hoje mais apetência para prestar serviços que para fazer obra, mas no meio rural, com algumas necessidades básicas ainda por resolver, foi possível apresentar aqui, de uma forma criteriosa, cuidada e exposta quanto baste, sem assumir os compromissos em detalhe mas perfeitamente individualizadas, que permite perceber as opções políticas e técnicas deste executivo, perfeitamente sustentadas e, por isso, felicita mais uma vez o executivo.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que leu com atenção os documentos, refere que os mesmos estão mais discriminados mas ainda podia ser mais explícito no que concerne às obras e aos locais das intervenções.

Questiona o executivo sobre a expansão da Zona Industrial das Lamas. Questiona também sobre os polidesportivos, onde serão feitos. Solicita informação sobre o Gabinete de Apoio ao Idoso. Solicita informação sobre se a Câmara vai proceder ao engarrafamento de azeite pois vem mencionado no Plano a aquisição de equipamento para engarrafamento de azeite. Como vão ser apoiadas as ZIF's?

Questiona sobre onde vai ser gasta a verba destinada à dinamização da Marca Mação.

Considera que seria importante a criação de um prémio para empresários que poderia denominar-se “ Cavalo do Ocreza” ou mesmo “ Chave Dourada” e deixa a sugestão para a criação do referido prémio.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que o documento apresentado é sintético e baliza melhor que nos anos anteriores o que se pretende alcançar em 2014. Refere que são descritos alguns compromissos do que irá ser feito em diversas áreas. Relativamente à aquisição de equipamento para engarrafamento de azeite, refere que não tem informação sobre se existe um estudo económico sobre este assunto mas considera importante que se verifique se o valor do investimento o justifica ou não. Considera interessante a ideia da Bolsa de Terras a disponibilizar aos interessados, embora lhe pareça que talvez não seja muito necessário no nosso concelho mas pode ser que sirva para alguém que não possua terreno para fazer uma horta. Espera que seja desta vez que o Polidesportivo de Carvoeiro seja concluído. Relativamente à rede viária a sua descrição é muito generalizada, por isso, considera que devia ser especificado no Plano os locais e os troços onde se prevê que sejam efetuadas as intervenções. Lembra que a Estrada entre Maxieira e Venda Nova, no

centro do concelho, é uma via fundamental que apresenta um elevado grau de deterioração para o nível de tráfego que suporta. Considera prioritária uma intervenção, naquele troço, nas componentes do pavimento, da drenagem e da sinalização.

Considera uma boa ideia o Encontro de Maçaenses que residem na Área de Lisboa pois o mesmo promove o convívio e o conhecimento entre as pessoas naturais do mesmo concelho.

Refere que não vê mencionado no documento as ligações com as Juntas de Freguesia, com as quais, por força da Lei nº 75/2013, a Câmara vai ser obrigada a celebrar protocolos, delegando nas mesmas algumas competências e, por isso, considera que este assunto deveria já ter sido "trabalhado" e deveria constar deste documento.

Refere que existem algumas verbas de despesa que, na sua opinião, são muito significativas e poderia ser feito um esforço para as diminuir, nomeadamente as que se referem a gasóleo, a publicidade e a telecomunicações, só para citar aquelas que mais poderão surpreender os munícipes.

--- O vogal António Martins inicia a sua intervenção referindo que as despesas correntes absorvem 70% do Orçamento camarário e considera que é necessário reduzir as despesas correntes em termos percentuais senão andamos a enganar-nos.

Considera que este é mais um Orçamento dos "Outros", ou seja, as verbas denominadas "outros" são muito significativas e deveria ser feito um esforço para especificar estas despesas e diminuir o valor destas rubricas.

Refere que o Sr. Presidente da Câmara corre o risco de ser conhecido como o Presidente da gratuidade pois são várias as actividades gratuitas mencionadas neste documento, nomeadamente a Universidade Júnior, Férias Escolares, Visitas de Estudo, Viagens de Estudo, ensino de música no pré-escolar, ensino de Educação Física no pré-escolar. Refere que estas actividades são gratuitas para os utentes, o que acha bem, mas representam custos para a Câmara e por isso dever-se-ia saber qual a percentagem dos potenciais utilizadores que vão beneficiar desta gratuidade. Mais refere que existem opções que têm custos e que beneficiam toda a gente mas há outras que beneficiam poucas pessoas e uma Câmara com coragem tem de fazer opções pois vivemos um momento difícil a que a Câmara não é alheia.

Refere ainda que a Câmara quis fazer à força toda um Auditório mas, possivelmente existem muitos munícipes que ainda não entraram lá e neste sentido, solicita informação sobre taxa de utilização daquele equipamento.

Solicita informação sobre a Casa das Associações pois este equipamento vai gastar 430.000,00€ que, independentemente de onde virá o dinheiro, participado pelo QREN ou não, é muito dinheiro no momento em que estamos.

Refere que, possivelmente o Sr. Presidente da Câmara poderá vir a ser conhecido também pelo Presidente dos Gabinetes dado o número de Gabinetes que estão previstos criar em 2014.

Considera que a Autarquia não tem dinheiro para fazer a manutenção da rede de estradões e caminhos municipais que foram construídos em número exagerado na altura e que a Câmara não tem condições de manter, conforme já aconteceu este ano quando foi solicitada a limpeza de alguns estradões foi respondido que não havia possibilidade económica para o fazer.

Relativamente à aquisição de equipamento para engarrafamento de azeite, solicita informação sobre este assunto e refere que deve haver cuidado nesta medida pois pode trazer problemas com empresários que estão a investir o seu dinheiro e que podem vir pedir também apoio para as suas empresas.

--- O vogal José Fernando Martins refere que este é o melhor documento de todos os que teve acesso nos vários anos em que faz parte desta Assembleia, em termos de apresentação mas somente neste aspecto. Refere que este documento não é transparente pois em determinado sitio diz “suster a desertificação humana” e isto não é claro pois o que se quer saber é como se vai fazer e com que meios. Dá ainda o exemplo “criar o Clube Sénior de Mação” e questiona o que é este clube, pois não vem explicado no documento. Mais refere que vem mencionado no documento algo sobre os 14 km de margem junto ao rio Tejo como forma de dinamização turística, mas nada é explicado sobre o que se pretende fazer. Relativamente à Rede Viária deveria ser especificado em que povoações se pretende fazer as intervenções nos arruamentos, deveriam vir especificadas quais são as opções do executivo.

Refere que a apresentação do Sr. Presidente foi mais clara que o documento, referindo ainda que, em todo o caso, este documento é mais claro e apresentável que os documentos de há uns anos atrás e isso é um factor positivo.

--- O vogal António Ludovino intervém para referir que, em termos estruturais, o documento está bem apresentado mas considera que é necessário quantificar e qualificar os objectivos a atingir. Considera que seria importante que este documento tivesse mais detalhe para que, no final do ano, se possa fazer uma avaliação do trabalho efectuado. Considera preocupante o valor das despesas correntes ser de 70% do total

do Orçamento e considera necessário encontrar formas de diminuir este valor, cortando nas despesas correntes.

--- O vogal Manuel Dias inicia a sua intervenção referindo que o documento tem uma boa apresentação, é claro e perceptível.

Saúda o Sr. Presidente pela introdução do Plano de Actividades quando no mesmo é referido que está aberto a sugestões dos eleitos do Partido Socialista, o que demonstra um verdadeiro espírito de abertura que é de realçar.

Relativamente às despesas correntes, refere que as mesmas já foram mais altas, tem havido sempre um esforço de as diminuir, nomeadamente as despesas com pessoal hoje representam 41% das despesas correntes, dos quais, 11% são encargos com Segurança Social, verba que não existia no passado.

Considera que este Plano de Actividades é objectivo e concreto. Relativamente ao Orçamento, é preciso ter em atenção que os valores nele apresentados não são os valores reais, são valores estimados, que é sempre difícil serem mais exactos. Refere que criticou muitas vezes os valores das rubricas “outros” mas tem sido feito um esforço para diminuir essas verbas e, hoje, as verbas apresentadas são aceitáveis. Relativamente à possibilidade de empréstimo para investimento na Rede Viária, considera que é de aceitar pois a capacidade de endividamento da Câmara permite perfeitamente contrair este empréstimo pois está numa situação de desafogo.

--- O Sr. Presidente inicia a sua intervenção agradecendo a quantidade e diversidade de questões apresentadas pelos membros da Assembleia e inicia as suas respostas pela questão da aquisição de equipamento para engarrafamento de azeite, informando que, efectivamente, a Câmara tem intenção de ajudar as cooperativas e lagares de azeite, passando pela possibilidade de termos uma central de engarrafamento, rotulagem e colocação do azeite no mercado pois há muita produção e a Câmara considera que deve apoiar os lagares e a forma como o vai fazer vai ser analisado. Relativamente ao facto de não serem identificados os arruamentos que vão ser intervencionados, o mesmo foi feito de uma forma consciente, de forma a evitar que sejam feitas percentagens sobre em que freguesia vai ser gasto mais ou menos dinheiro nas intervenções mas as intervenções virão espelhadas no Relatório de Actividades e também é dada a informação do que se vai fazendo em termos de investimentos, nos documentos entregues na Assembleia e que são o ponto 1) da ordem de trabalhos. Relativamente à expansão da Zona Industrial das Lamas, é efectivamente uma expansão que nada tem a

ver com a empresa Sorema e sim com uma terraplanagem que já foi efectuada e um Plano de Pormenor que esperamos seja concluído em breve.

Relativamente aos polidesportivos, refere que a intenção é terminar a obra do polidesportivo do Carvoeiro. Em relação à dinamização da Marca Mação, a Câmara continuará a apostar neste apoio se tiver a percepção que os produtores do azeite, do mel e especialmente das carnes têm essa vontade e achem que a Câmara é um bom parceiro porque entendemos que é uma forma de valorizar aquilo que aqui produzimos e é também uma forma de criar riqueza. No que concerne à Casa das Associações, o que se pretende é concentrar naquele local, os serviços que estão no Gema que estão a funcionar em condições indignas e onde vão centenas de maçaenses tratar de assuntos da agricultura, ou à Aflomação ou à Melbandos ou ao Gema. Mais informa que é também intenção da Câmara concentrar naquele local estes serviços para tentar dar mais vida ao centro histórico da vila que está muito carente nesta matéria.

Relativamente ao Gabinete de Apoio ao Idoso prende-se com o facto que muito do que o serviço de Acção Social faz é especialmente dirigido às crianças e às famílias e quando Mação teve o CLDS havia iniciativas e acções específicas para os idosos porque temos 35% com mais de 65 anos e entendemos que, com a criação deste Gabinete o que se pretende é ter acções concretas para os idosos.

No que diz respeito à sugestão do vogal António Reis sobre o prémio a atribuir aos empresários, o Sr. Presidente referiu que lhe parece uma boa ideia e que a Câmara poderá seguir.

Em relação ao Gabinete do Municípe, informou que o que se pretende com esta ideia é ter alguém responsável que possa receber os munícipes que não queiram falar directamente com os políticos ou gerir algum conflito que possa existir mas não fazemos disto um “cavalo de batalha”. E o mesmo se passa com o Gabinete do Maçanico que tem como intenção criar, demonstrar e sinalizar uma maior preocupação com aqueles que estão fora do concelho de Mação e que sentem esta terra, que gostam e querem ajudar esta terra.

Relativamente ao eixo da Estrada da Maxieira para Venda Nova, considera que o vogal António Cardoso Lopes tem razão e considera que esta terá de ser uma obra para fazer a médio/longo prazo, naturalmente não por inteiro, mas por troços.

No que concerne aos protocolos com as Juntas de Freguesia no âmbito da Lei nº 75/2013, refere que é um assunto que está em cima da mesa e poucas Câmaras tomaram decisões profundas sobre esse assunto. Refere que estão a ser preparados

esclarecimentos sobre o assunto pela ANMP e pela ANAFRE e a Câmara de Mação terá de cumprir a legislação e com certeza chegará a acordo com as Juntas de Freguesia sobre que competências serão transferidas e como será feita a mesma.

Em relação às rubricas de despesas que referiu, os valores foram calculados com base nos valores dos dois últimos anos e, naturalmente há sempre a preocupação de tentar, ao longo do ano, reduzir os valores dessas rubricas.

Relativamente às despesas correntes, refere que informou que aquilo que vem do Orçamento de Estado é 90% de despesas correntes e 10% de despesas de capital e o vogal António Martins encontrou o valor 70% de despesas correntes e 30% de despesas de capital e seguramente na apresentação das contas de 2013 esta diferença não vai ser tão acentuada. Refere que cada vez mais a Câmara tem menos receita e seguramente que, se tivéssemos a mesma verba nesta ocasião a percentagem de despesas de capital e de despesas correntes não era tão grande pois há um conjunto de despesas fixas que se mantém, nomeadamente com pessoal e com a estrutura da Câmara e que obriga a que não tenhamos grandes possibilidades de canalizar aquelas despesas correntes para despesas de capital e, além disso há questões que o executivo assume que deve manter e que são necessariamente despesas correntes.

Em relação à questão do gratuito, referida pelo vogal António Martins, o executivo assume, na área concreta da Educação, que é uma aposta que deve fazer e que deve proporcionar aquele tipo de serviços aos nossos alunos de forma gratuita e esta é uma opção política que pode considerar desperdício mas aí verifica-se a diferença das opções políticas das diferentes ideologias, o que é salutar.

Relativamente às questões do vogal José Fernando Martins, “suster a desertificação” é claramente um objectivo deste executivo e, para o atingir muitas das medidas contidas neste documento vão com certeza, contribuir.

No que diz respeito aos “14 km de margens do Tejo” é uma questão que tem vinda a ser falada e que, durante muitos anos não foi dada a importância devida às potencialidades que toda aquela zona tem e que poderá vir a ter cada vez mais. O que se pretende fazer, em conjunto com outros municípios são percursos ribeirinhos ao longo do Tejo, a recuperação das pesqueiras, a requalificação da Casa dos Pescadores e tornar tudo isso muito mais atractivo mas ainda não há um programa definido em relação a esta questão, mas há já um ante-projecto muito claro sobre aquilo que a Câmara quer fazer sobre este assunto, como é do conhecimento do vogal Afonso Matias. A Câmara não quer deixar cair esta questão e, seguramente, irão haver intervenções nesta área.

Agradece as palavras dos vogais José António Almeida e Manuel Dias e das sugestões apontadas.

Termina a sua intervenção referindo que, relativamente à rubrica dos “outros, compromete-se a trazer informação discriminada desta rubrica quando forem apresentadas as contas de 2003.

--- O Sr. Vereador António José Louro inicia a sua intervenção informando que, em relação às ZIF's, no próximo Quadro Comunitário a figura das ZIF's continua a ser cada vez mais importante naquilo que vai ser a acção do Estado no para utilizar as verbas do Quadro Comunitário, esperando que não aconteça o mesmo que aconteceu no Quadro Comunitário passado, no qual o discurso era similar mas as medidas não estavam desenhadas para que as coisas funcionassem em locais em que a propriedade era de dimensão semelhante à nossa. Existe a promessa política que as medidas vão ser alteradas e que permitirão corrigir os erros do anterior e espera que as mesmas sejam bem regulamentadas para que não se repita o que aconteceu. Deixa o alerta para o perigo dos incêndios florestais no nosso concelho pois cada dia que passa há mais combustível acumulado na paisagem, cada dia que passa se torna mais urgente uma intervenção em grande escala nesta paisagem porque senão, mais cedo ou mais tarde vamos ver surgir novamente desastres que, infelizmente, bem conhecemos.

Refere que não podemos esquecer que grande parte dos problemas que o concelho de Mação enfrenta tem a ver com este lento empobrecimento, a cada ano sua freguesia, a cada ano sua aldeia que no seu somatório nos mostra que, se não tivesse existido esta sangria enorme de recurso, provavelmente hoje viver-se-ia melhor no nosso concelho.

Relativamente à questão dos locais onde irão ser feitas as intervenções nos arruamentos do concelho considera que o executivo não necessita de dizer onde as mesmas serão realizadas pois basta passar em povoações como Ribeira de Boas Eiras, S. José das Matas, Casas da Ribeira, Venda Nova, Feiteira, Carrascal, Zimbreira, Galega para verificar que estão no limite do suportável para aquelas pessoas e será dentro deste universo que será feito o investimento da Câmara em intervenções nos arruamentos. Em relação a S. José das Matas, não poderá ser feita uma intervenção total pois todo o dinheiro que está cabimentado não chegaria nem em dois anos, por isso estão a ser intervencionados os arruamentos prioritários.

No que concerne à Casa da Associações refere que pode, efectivamente discutir-se se será um investimento muito grande e todas as discussões são respeitáveis e aceitáveis mas não podemos esquecer que estamos a tratar de uma zona da vila de Mação que é

muito especial pois está integrado na área de protecção da Igreja Matriz que é património nacional e por isso, qualquer intervenção naquela área tem de ser feita com muito cuidado e estamos a tentar dinamizar uma zona da vila que está a sofrer com alguma falta de dinamismo económico e por isso estamos a tentar levar pessoas para lá pois estas associações são das instituições que mais pessoas mobilizam no dia a dia no concelho. Considera que a intervenção é necessária e não está muito desajustada da necessidade e as coisas, para funcionarem, têm de ter o mínimo de dignidade. Considera ainda que há aqui um ponto ainda mais importante que é o facto de que quando falamos de desenvolvimento económico do concelho, não podemos pensar que os empresários vão cair em Mação sem que se faça nada para isso, este executivo acredita de forma muito clara que o desenvolvimento do amanhã terá de ser feito por nós, hoje, baseado naquilo que nós temos, que é a terra e os nossos produtos que é importante defender e por isso este executivo quer fazer um esforço no apoio aos nossos empresários, os nossos produtos e as nossas associações.

Relativamente ao referido pelo vogal António Martins sobre a rede viária refere que a mesma não foi construída pela Câmara nos mandatos anteriores, a mesma já existia e o que foi feito foi uma intervenção para melhorar essa rede viária, foram construídos pequenos troços de ligação entre estradões para que os mesmos tivessem ligações e foram alargadas plataformas para que os bombeiros os possam utilizar com segurança. Os estradões são para ser utilizados na actividade agrícola e florestal e os veículos que trabalham nestas actividades estão equipados para circular nestes estradões mas as pessoas querem utilizar os estradões com os seus carros ligeiros e grande parte dos nossos estradões até permite isso pois temos conseguido mantê-los em boas condições nos últimos anos. Nos últimos três anos foi feita uma travagem na manutenção mas a mesma não se pode manter pois, como disse o vogal António Cardoso Lopes, uma pequena intervenção feita hoje pode evitar uma grande intervenção no futuro e o que vai ser feito agora vai ser o controlo dos matos para que se mantenham as condições de segurança.

Em relação ao Auditório, refere que não pode estar mais em desacordo com o vogal António Martins pois os auditórios não se constroem para servir em dois ou quatro anos, são peças essenciais hoje em dia na vivência das populações e mesmo numa comunidade pequena como Mação é basilar a existência de uma infraestrutura com aquelas características pois há eventos que se têm de realizar e há condições mínimas necessárias para que tudo corra bem. Informa que, desde que aquele equipamento está

disponível já lá foram realizados mais de 40 eventos e muitas centenas de pessoas já o utilizaram. Mais refere que considera importante não esquecer que o Centro Cultural é um edifício reabilitado que hoje tem um Auditório, uma Biblioteca, uma Ludoteca, vai ter uma sala de exposições e que tem sido feito gradualmente à medida dos recursos da Câmara e que, no final vai, com certeza, orgulhar-nos a todos.

--- O Sr. Presidente intervém para finalizar a intervenção da Câmara desejando a todos um Feliz Natal e um bom 2014.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deseja a todos Boas Festas e dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----